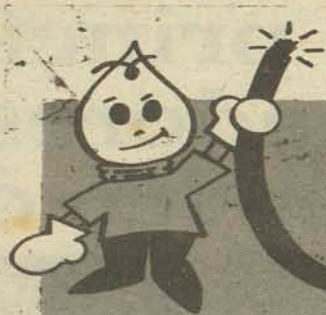




Linharviva

SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 160

05/12/91

**10º CONGRESSO DOS
ELETRICITÁRIOS
DE FLORIANÓPOLIS**

DIAS 6 e 7 DE DEZEMBRO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Sinergia busca novo rumo em seu 1º Congresso

Nesta sexta-feira e sábado o Sinergia está promovendo o 1º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis e região, que vai discutir a situação política do país e traçar um plano de trabalho para a entidade.

Participam do evento delegados eleitos nos locais de trabalho, membros das diretorias dos outros sindicatos que compõem a Intercel e Intersul e convidados especiais. O evento começa às 19 horas de sexta-feira, dia 6 de dezembro, no plenário da Assembleia Legislativa. Para esta solenidade está sendo convocada toda categoria eletricitária. Logo depois acontece o primeiro painel de debates que terá como convidados o diretor nacional de política sindical da CUT, Durval de Carvalho. A Força Sindical, que confirmará a presença de Lúcio Delantani informou dia 02/12 que não virá, pois "considera idiota debater com a CUT". Também fará parte da mesa o escritor Ozéas Duarte (autor de "Os mercadores de ilusões

crítica ao sindicalismo de resultados"). Eles debaterão o tema Conjuntura e o Movimento Sindical, Concepções práticas das centrais.

No sábado o congresso acontece na Escola Básica Celso Ramos, ao lado do SENAC, a partir das 09 horas. O segundo painel de debates terá a participação do vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho/SC, Dr. Airton M. Nascimento. Ele vai falar sobre O Papel da Justiça do Trabalho e sua relação com o Movimento Sindical. A seguir o assessor jurídico de sindicatos de trabalhadores, Luis Carlos Moraes, falará sobre Contrato Coletivo de Trabalho e a Organização Sindical.

A tarde se realizam trabalhos em grupo com o objetivo de realizar um balanço político e organizativo do Sinergia como também elaborar um plano de ação para a entidade. Estas discussões terão como base teses e contribuições apresentadas por eletricitários e pela organização do Congresso.

FÉRIAS COLETIVAS

Eletrosul aumenta gastos para "mostrar serviço"

Numa decisão inédita na história do setor, a Eletrosul vai adotar o regime de férias coletivas no período de 23 de dezembro a 1º de janeiro próximo. A direção da empresa não anunciou nenhuma justificativa para a atitude e talvez por isto surgiram dezenas de boatos que falam sobre listas de demissões e disponibilidades após estas férias.

Para o Sinergia, do ponto de vista empresarial, é difícil encontrar vantagens nesta medida. Em geral, férias coletivas são sugeridas como paliativos de crises de mercado, para empresas onde o excesso de produção tende a agravar mais os custos de estoque. O Sinergia se pergunta: o que é que isto tem a ver com a Eletrosul?

Na sede, vários setores não vão entrar no período de férias coletivas e portanto continua-

rão funcionando normalmente os serviços de luz e ar condicionado. O Sinergia acredita ao contrário que por causa das férias coletivas serão feitos gastos maiores com a antecipação de uma série de despesas como gratificações de férias e antecipações de 13º salários, para empregados que não teriam férias neste período. Estes, aliás, terão adiantadas suas férias por conta do futuro período aquisitivo, com todos encargos para a empresa.

O Sinergia observa ainda que empregados com mais de 50 anos serão particularmente prejudicados pois não podem separar seu período de gozo e serão forçados a 30 dias não programados, com ou sem período aquisitivo vencido, o que também onera a empresa, pela antecipação desnecessária de gastos.

Processos engavetados

Quase 200 empregados da Celesc, que se aposentaram nos últimos 6 meses devido ao programa de incentivo à aposentadoria da empresa, estão vivendo dias de muita insegurança. Cada um deles recebeu da Fundação Celos uma prévia de quanto receberia na sua aposentadoria, (os valores que seriam pagos pela Celos e pelo INSS). Esta prévia foi tomada como um direito a ser recebido imediatamente. Acontece que os processos destes novos aposentados estão engavetados no INSS. Sendo assim eles não estão recebendo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e nem o pecúlio do INSS. A Fundação estipulou um valor hipoté-

tico, com base na média dos salários do aposentado nos últimos 12 meses, e está pagando as aposentadorias. O problema é que quando o INSS regulamentar a aposentadoria pode ser inferior ao que está sendo pago pela Celos e então o pensionista terá que devolver tudo que ganhou a mais.

A Intercel se reuniu semana passada com a Celos para pedir que esta interceda junto ao INSS para agilizar os processos de aposentadoria.

Os sindicatos farão ainda reuniões com aposentados em todo Estado para mobilizá-los e pô-los em contato com um representante do INSS que explique quais são os direitos de cada um.

AVALIAÇÃO

CNE discute a campanha 91

No dia 28 de novembro o Comando Nacional dos Eletricistas se reuniu em Belo Horizonte para fazer uma avaliação da campanha salarial deste ano. Ficou decidido no encontro a realização já na primeira quinzena de janeiro, em São Paulo, de um Congresso Nacional de Eletricistas para discussão de pontos como a reforma no setor elétrico, privatização, organização do comando visando as lutas de 92 e sua viabilização financeira e estrutural.

Como agir em relação às demissões foi outro assunto bastante discutido. Para o comando o que deve ser feito agora é incrementar a atuação política para reverter estas demissões. Esta

ação não será apenas sobre o Congresso Nacional mas também nas assembleias legislativas, junto aos governadores, federações de indústrias e entidades civis. Para todos é necessário mostrar a falta de argumentos econômicos e administrativos que justifiquem estas demissões.

As férias coletivas na Eletrosul também foram tema de debates e causaram estranheza em todos integrantes do comando. A Eletrosul é a única empresa do setor que tem a pretensão de realizar férias coletivas, com um objetivo muito claro para todos de "mostrar serviço".

ECONOMIA

Fórum debate perspectivas

Aconteceu, semana passada, no Rio de Janeiro, o IV Fórum Nacional, um evento criado em 88 com a finalidade de discutir o Brasil, sua realidade e caminhos. O fórum é promovido pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso. O tema central deste ano era "Como Evitar que a Década de 90 Seja Outra Década Perdida para o Brasil".

Um dos debatedores convidados em 91 foi o diretor do Sinergia, Delman Ferreira. Também entre os participantes estiveram Mário Henrique Simonsen, Bresser Pereira, Mailson da Nóbrega, Ernane Galveas, Afonso Celso Pastore, Otto Laro Resende, Francisco Gros, Dom Luciano Mendes, além de estudiosos, intelectuais e teóricos não só da área econômica como também do sindicalismo, ecologia, igreja, etc.

Em quatro dias de discussões e debates, dezenas de trabalhos foram apresentados, mas, segundo Delman, o tema privatização, que tanto está preocupando a sociedade brasileira, não foi abordado com a importância que tem. "Parecia que havia um acordo para não tratar do assunto". Numa intervenção, em que expôs sua perplexidade por ninguém tocar num tema tão crítico e que tem relação direta, entre outras coisas, com o desenvolvimento do país, Delman falou que os trabalhadores não entendem porque o governo se recusa a debater o tema, que na visão do presidente e sua

equipe seria o remédio para todos os males. Roberto Macedo, secretário nacional de política econômica, que falou logo a seguir, se confessou convencido de que o caminho da privatização é o mais correto. "Alguns com certeza não gostam disto mas não vou entrar na questão". Preferiu falar sobre os problemas da Previdência.

Outras menções sobre o programa de privatizações foram feitas por dois representantes do governo. Eduardo Modiano, presidente do BNDES, disse que esta é a alternativa concreta para que o país supere seus problemas econômicos e para ele a desestatização é agora uma rotina do Estado.

Francisco Gros, presidente do Banco Central, disse que não acredita ser possível debelar a inflação repentinamente e que a política econômica de manter tudo controlado pelas leis do mercado será mantida. Segundo avaliação de Gros este é um processo longo, difícil, um remédio duro, mas que vai ser aplicado. "Privatizar é o caminho moderno do desenvolvimento como já acontece no Chile, Argentina e sobretudo no México, onde isto está dando certo. A única dúvida do membro do governo é "será que temos coragem de ir até o fim?". "O remédio é duro, talvez alguns não sobrevivam. Nós estamos conscientes dos efeitos da recessão, seus custos sociais são previsíveis e não mudaremos em nada nossa trajetória".

PROPOSTA

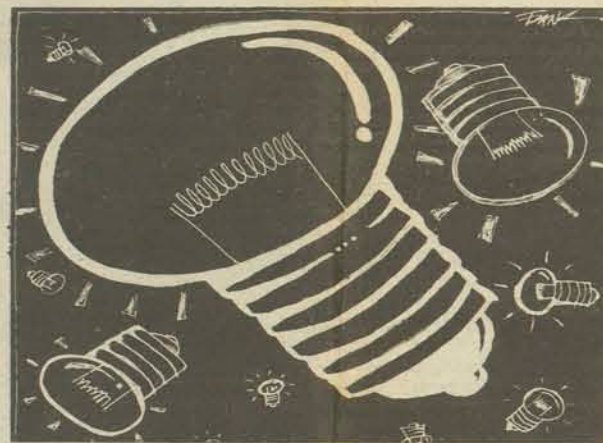
Definidos princípios dos trabalhadores para setor elétrico do país

O Comando Nacional dos Eletricistas aprovou na última quarta-feira, em Belo Horizonte, uma linha de princípios gerais que consolida os posicionamentos de seus representantes na Sub-Comissão do Senado que trata de criar um projeto de lei sobre o modelo institucional do setor.

João José Cascaes Dias, representante do Sinergia nas reuniões realizadas em Brasília e no Rio de Janeiro, onde os representantes dos eletricistas elaboraram um documento sobre o assunto, diz que o "objetivo a médio prazo permanece o da formulação de uma proposta que possa ser encarada pelo conjunto dos eletricistas e, mais tarde, por outros segmentos de trabalhadores e da sociedade em geral". Em caráter preliminar as proposições e avaliações já levantadas por este grupo serão formalizadas junto à subcomissão do Senado.

Cascaes diz que a categoria vai ter que fazer um trabalho que até hoje as empresas não fizeram, qual seja, de suscitar a discussão do tema. "Alguns dirigentes, por conveniência, simplesmente aderiram irrefletidamente às teses do Executivo, inibindo as valiosas contribuições que, por certo, surgiriam dos empregados".

Cascaes adianta que o documento dos



eletricistas ressalta, com firmeza, "que a energia elétrica não pode ser considerada como um simples bem de comércio, mas um componente essencial e estratégico, para o desenvolvimento sócio-econômico do país".

O SINERGIA pretende publicar, ainda este mês, um caderno especial do Linha Viva onde serão divulgadas as características e eventuais ameaças das diversas propostas de projeto de lei sobre a matéria e, em especial, as considerações e sugestões contidas no documento mencionado.

ALTA TENSÃO



Justiça reconhece vínculo de três na Eletrosul

A Eletrosul foi obrigada, pela Justiça do Trabalho, a reconhecer vínculo empregatício com três trabalhadores. Os empregados integrados desta vez são João Herbst, Zélia Faria Niche-latti e Elza Maria Klinkowski. Eles foram considerados empregados ativos da Eletrosul desde setembro de 88. Todos três trabalham em Blumenau.

Kleinübing não libera sindicalistas

Continua o impasse sobre a liberação de dirigentes sindicais do serviço público estadual e professores. Em maio deste ano, durante a discussão sobre o acordo de trabalho do período, o governador Wilson Kleinübing concordou em mandar um projeto de lei para a Assembleia Legislativa que previa a liberação de 22 dirigentes sindicais (atuando numa base de 80 mil servidores). Em novembro, o projeto foi rejeitado pela bancada da União na Assembleia Legislativa.

Na semana passada o governador não compareceu a uma audiência marcada para discutir o assunto. Os servidores esperam que ele não falte à próxima audiência que se realiza semana que vem. Enquanto isto os dirigentes sindicais que estavam liberados estão pedindo férias de suas atividades profissionais para poderem continuar à frente de seus sindicatos. Para Antônio Batista, presidente do Sintrape (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado) "com isto eles estão buscando impedir a atuação dos líderes sindicais na conscientização e mobilização da categoria".

Previdência parou em todo estado

A greve dos servidores federais está atingindo principalmente a área da previdência e da saúde em Santa Catarina. No Estado a mobilização dos trabalhadores está crescendo e já estão parados os serviços em quatro cidades: Concórdia, Itajaí, Balneário Camboriú e Lages. Em Florianópolis apesar dos serviços administrativos estarem funcionando os pontos estratégicos como os três postos dos Inamps (Centro, Estreito e São José) e o Hospital Flori-

SALÁRIOS

Governo dá abono mas não define o mínimo

O Congresso Nacional vota nesta semana o projeto de lei assinado pelo presidente Fernando Collor na última quinta-feira concedendo um abono de Cr\$ 10 mil em novembro, dezembro e no 13º para os trabalhadores do setor privado e empregadas domésticas que ganhavam, em novembro, Cr\$ 42 mil, o salário mínimo. O abono resolveu o impasse entre o governo e a oposição, que obstruía as votações no Congresso. Mas o abono não foi motivo para contentamento: "Esse abono é uma farsa", disse o vice-líder do PT Paulo Paim.

A proposta do governo inclui ainda um reajuste de 16,3% a partir de janeiro para os vencimentos dos 2,4 milhões de aposentados e pensionistas que ganham mais que um salário mínimo. Os 10 milhões de aposentados e pensionistas restantes continuarão

a receber Cr\$ 42 mil até fevereiro de 1992.

Os aposentados e pensionistas reivindicam uma reposição de 147,06%, e os 16,3% significam a diferença entre os 54% de reajuste concedidos em setembro e os 79% que o governo pretendia alcançar em janeiro. E o ministro da Justiça Jarbas Passarinho ainda reclama: "Para cada Cr\$ 1 mil que sobe no salário mínimo, a Previdência sofre um acréscimo de Cr\$ 9 bilhões em sua folha de pagamento de benefícios".

Apesar de ainda faltarem sete vetos presidenciais à lei 8.222 a serem votados, a expectativa do governo Collor é de que o Congresso aprove o reajuste aos aposentados e pensionistas e passe a analisar os projetos que estão suspensos. Entre eles, o que concede 20% de reajuste imediato ao funcionalismo público, em greve desde a semana passada.

nópolis estão totalmente parados. Os servidores entraram em greve por três motivos: cumprimento do acordo feito durante a greve passada (julho-agosto); antecipação salarial de 100% e pela criação de uma política salarial pela inflação.

Nós erramos

No Número passado do Linha Viva, por problemas na gráfica foi truncada uma frase, do artigo de Sérgio Luiz Trainotti no Tribuna Livre. Onde se lia "Vários Companheiros celesquianos contratados, injustamente, e têm-se ciência que a demissão dos ex-empregados de cooperativas estão com os dias contados". LEIA-SE: "Vários companheiros celesquianos contratados estão sendo injustamente demitidos. Têm-se ciência que os ex-empregados de cooperativas estão com os dias contados".

Duas vagas na direção do Sinergia

O Conselho Deliberativo do Sinergia, reunido dia 2 de dezembro, declarou a vacância de dois cargos da direção da entidade em virtude de afastamento do diretor Levi Flores da Silva e por solicitação de desligamento do diretor Juvenino Vieira. Brevemente deverá ser convocada uma assembleia, conforme estabelece o estatuto, para preenchimento destas duas vagas.

ção da entidade em virtude de afastamento do país do diretor Levi Flores da Silva e por solicitação de desligamento do diretor Juvenino Vieira. Brevemente deverá ser convocada uma assembleia, conforme estabelece o estatuto, para preenchimento destas duas vagas.

Seminário discute privatização da Celesc

Por decisão da Intercel, no dia 19 de dezembro, acontece, em Florianópolis, um seminário para discutir a política de privatização. O temário do encontro é o seguinte: 1) projeto neo-liberal de privatização.

2) setor elétrico:

- a- reforma institucional do setor;
- b- situação na Eletrosul e Celesc.

Estarão participando, para contribuir nos debates, o Dieese e representantes do Comando Nacional dos Eletricistas na Sub-Comissão de Energia do Senado.

05/12/91

TRIBUNA

livre

Inter 1 X 1 Milan

Jair Marcílio
Empregado a Eletrosul

O Gullit separou da esposa, recuperou o preparo físico e o futebol. O Mathaus separou-se da esposa, recuperou a forma física, mas não o futebol. O Zenga tomou um gol, brigou e quase foi expulso. O Klismann empatou o jogo. O Zenga comemorou. Foi algo digno de ser copiado, é o tipo típico que não admite derrotas. Por natureza, não é um perdedor.

E o futebol copia a vida como qualquer esporte, em especial o esporte coletivo. Temos hoje o nosso trabalho e o nosso sindicato. Se pararmos, vamos cair para o descenso, no futebol. E no trabalho, vamos para a segunda divisão.

Vejo hoje pessoas que lutam por uma vida melhor. O senhor Mauro Passos é um exemplo: "Luta, não tem retorno imediato mas tem força de vontade".

Agradeço a Deus porque hoje existem pessoas como o nosso PRESIDENTE DO SINERGIA que, apesar das adversidades, continua atuando. Fica difícil falar a respeito porque nosso presidente tem assessores, amigos e colaboradores que mais parecem um soldado desconhecido, que a "Globo" não divulga mas que muito faz por nós, por nossos amigos, por nossas esposas e por nossos filhos. E por falar em filho, estou retornando de um passeio com minha filha Mariana, de 4 anos, quando puxei a campanha do ônibus e o motorista parou um ponto após. Falei ao motorista ao descer: "Você é um irresponsável! Como treí voltar com uma criança neste sol?".

Ao descer minha filha olhou para o motorista e disse:

—Você é um pentelho!

Na hora senti vontade de brigar com ela, mas em questão de segundos pensei: se privá-la de reação, estarei privando-a ao direito do NAO. Esse NAO que é necessário a mim, minha esposa, meus filhos e meus futuros netos para que possamos cumprir nossos deveres, exigir nossos direitos, expressar nossa liberdade!

Temos que amar ao esporte, amar a Deus, amar a bola, amar a Pelé, AMAR A DONA. Dona de nossa vontade, de nosso desejo de que sempre existam pessoas que como nosso presidente do SINERGIA tenham forças para lutar pelos nossos objetivos assim como o Zenga no futebol.

Carta aos trabalhadores

João Paulo de Souza
Diretor do Sinergia

Para cumprir disposição estatutária e, sobretudo, por necessidade de encontrar caminhos e soluções para se contrapor à dura realidade a que estão submetidos os trabalhadores, o SINERGIA planeja a realização do I CONGRESSO DOS ELETRICISTAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, nos dias 06 e 07 de dezembro corrente.

Vários eventos foram programados. Dentre eles, destacam-se os Painéis de Debate. O primeiro, com a presença das Centrais Sindicais especialmente da CUT NACIONAL e da FORÇA SINDICAL para discussão da conjuntura econômica, política e social e das concepções que orientam a prática dessas Entidades nas lutas e enfrentamentos com os governos e patrões. Outro, sobre o Papel da Justiça do Trabalho e sua relação com o Movimento Sindical e, ainda, sobre Controle Coletivo de Trabalho e Organização Sindical.

Em todos os contatos mantidos com o intuito de convidar os palestrantes, a Coordenação sempre foi clara e explícita, dando a todos eles o projeto global do Congresso definido pela Direção do Sindicato e dos objetivos que pretendem atingir com a realização do evento.

Foi assim que convidamos o Dr. Umberto Grillo, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Gentilmente, não podendo comparecer, se empenhou ao máximo para que o Tribunal se fizesse representar. E faria na pessoa do eminente Dr. Ailton M. Nascimento, Vice-Presidente daquela Egrégia Corte, aceitando ao convite, depois de nossa visita. O mesmo aconteceu com outras pessoas contatadas, algumas das quais lamentaram não poder participar, como foi o caso do Dr. Tasso Geron, do Rio Grande do Sul, e do Dr. Ericson Crivelli, que depois de confirmar presença, por motivos de saúde, será substituído por outro advogado trabalhista de renome nacional.

Com relação às Centrais Sindicais, através de várias correspondências, todas a disposição em nossos arquivos, e de diversos contactos telefônicos, convidamos o Sr. Luiz Antônio Medeiros, Presidente da FORÇA SINDICAL, a Direção Nacional da CUT e o Jornalista e Escritor Ozéas Duarte de Oliveira, para o Painel de Debates sobre "CONJUNTURA E MOVIMENTO SINDICAL E CONCEPÇÕES DAS CENTRAIS SINDICAIS". A CUT indicou Durval Carvalho, a FORÇA indicou Lúcio Belentani, sem restrições nem condições prévias. O SINERGIA enviou as passagens, expediu convites, divulgou o evento...

No dia 02.12.91, a Coordenação foi surpreendida com um telefonema da FORÇA SINDICAL, cujo interlocutor foi um tal "alemão", Secretário Geral da Entidade, dizendo que a FORÇA tinha como política não participar de debates de qualquer natureza com a CUT. Até aí, tudo bem! É um direito de qualquer pessoa ou entidade querer ou não participar do que for considerado. O inusitado foi a forma como se dirigiu aos organizadores do Congresso para justificar a recusa.

Aduziu que "A FORÇA SINDICAL não participa de debates com a CUT por achar isso coisa de idiota, desprovida de sentido, sem finalidades". Além de tudo, ao ofender os Coordenadores com palavras iradas e impudáveis, deixou expressa a ideia de que na promoção de tal debate havia uma deliberação sacanagem, uma coisa dessas coisas idiotas a que a FORÇA SINDICAL não participa". Pois bem, além da ofensa pessoal, colocou em dúvida a honestidade de propósitos de toda a Direção do SINERGIA.

Escrevo esta carta para lamentar que ainda existam, no meio sindical, pessoas que ofendem seus pares e consideram "idiotas" os projetos alheios, enquanto os seus são elevados e "inteligentes". Isso demonstra, por todos os meios, pelo menos para mim, que há sindicatistas que se ocupam, senão com bens e dinheiro, mas com fama e poder, à custa dos trabalhadores. São simoníacos que traficam e comerciam a boa-fé e os direitos sagrados daqueles que, diariamente juram defender. Paciência, há também os perjuros!

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas e datadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Casati (DRT/RS 6196) e Marli Cristina Seomazon. Ilustração: Frank Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Mercosul trará mais desemprego ao Cone Sul

Jacques Mick
NOIS/Folha Sindical

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), definido pelos empresários do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai como um "inevitável furacão" que revolucionará as economias dos quatro países, pode se transformar num "inevitável desastre" para os trabalhadores, logo depois de sua implantação, marcada para 31 de dezembro de 1994.

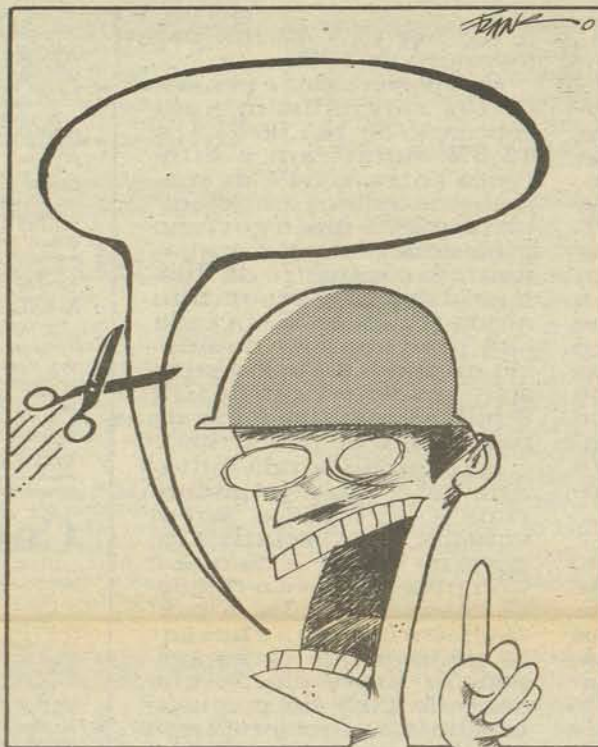
Criado na esteira da tendência internacional de formação de blocos econômicos entre países, para competir com mercados muito mais atraentes para investimentos das grandes nações como o Leste Europeu, o Mercosul foi oficializado em 26 de março deste ano em Assunção, pelos presidentes Collor, Menem (Argentina), Lacalle (Uruguai) e Rodriguez (Paraguai).

O Mercado Comum se caracterizará pela livre circulação de bens e serviços entre os países, pelo estabelecimento de uma tarifa externa e de uma política comercial comuns, e pela coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os países.

Esse mercado gigante terá uma área comum de 11,8 milhões de quilômetros quadrados, habitados por pouco mais de 190 milhões de pessoas. Em compensação, a dívida externa dos quatro países somada chega a 188 bilhões de dólares, e a inflação anual dos quatro em 1990 chega a 3.310% — uma média de 827,5%. A maior inflação entre os 12 países da Comunidade Econômica Europeia é a da Grécia, com 17,8% ao ano.

Os empresários e os governos dizem que o Mercado Comum ajudará os países a superar as crises econômicas. "A Europa iniciou seu processo de integração em 1950, ao final da Segunda Guerra Mundial, em situação de absoluta desorganização", explica o ministro extraordinário para assuntos da integração latino-americana no Brasil, Carlos Chiarelli. "A integração ajudará os países do Sul a se reerguerem", avalia.

Se a superação dos problemas econômicos e sociais pode ou não vir através do Mercosul, a própria sociedade ainda não tem condições de



responder. "Os trabalhadores estão completamente alijados das discussões", afirmam em documento as centrais sindicais dos quatro países.

Os efeitos perversos da integração, portanto, ainda não estão devidamente analisados, especialmente sob a ótica otimista de empresários e governantes. Mas é do Uruguai — onde, de hora em hora, as televisões veiculam comerciais sobre o processo de implantação do Mercosul — que chegam os primeiros estudos a respeito das consequências do Mercado Comum nos níveis de salário, trabalho e emprego.

"É comum que a problemática da integração seja analisada exclusivamente sob uma perspectiva econômica, mas isso não pode fazer esquecer as implicações sociais que os mesmos possuem e as relações que se estabelecem entre a integração e as condições trabalhistas", afirma o diretor do Instituto do Direito do Trabalho da Universidade da República Oriental do Uruguai, Hector-Hugo Barbagelata, em estudo publicado em junho deste ano.

Para Barbagelata, que é doutor em Economia e Legislação Operária pela Universidade de Paris, a integração pode provocar cinco grandes problemas para as classes trabalhadoras. O primeiro deles, mais grave, é uma possível onda de desemprego: "As novas condições de concorrência das empresas dentro do Mercado Comum produzirão, muito provavelmente, o desaparecimento de muitas delas ou sua reconversão para fazer-las concorrentes".

O acirramento da concorrência pode provocar, também, uma queda na qualidade das condições de trabalho e um arrocho salarial ainda maior, como tática do empresariado para conter os preços. Nesse sentido, há o risco, segundo Barbagelata, de contenção, abatimento ou ainda extinção de benefícios salariais, em função da equiparação "por baixo" dos níveis salariais entre os quatro países.

"A provável repercussão da integração sobre o emprego não pode deixar de ter consequências negativas sobre o poder de negociação dos sindicatos", afirma o advogado. Para Barbagelata, o Mercosul poderá fortalecer as empresas multinacionais nas negociações diretas com os trabalhadores, diante de "organizações sindicais de diferentes países num momento pouco favorável para uma adequada defesa de suas posições".

Para Barbagelata, é necessário "que todos os países que participam num processo de integração assegurem níveis de proteção ao trabalho concordes com as exigências da consciência jurídica universal". Por enquanto, as preocupações dos governos para a implantação do Mercosul têm passado ao largo da questão trabalhista: dos dez subgrupos técnicos que examinam desde a metade do ano os temas principais relativos à integração, nenhum fala do assunto.

"Nosso Choro" é atração no TAC

O Grupo musical "Nosso Choro", formado no ano passado com remanescentes dos conjuntos **Vibrações** e **Regional do Zéquinha**, farão uma única apresentação, semana que vem, em Florianópolis, executando aquilo que é a sua especialidade: repertório brasileiro composto basicamente de choros e samba. Entre as músicas em execução estão "Meu Caro Amigo" de Chico Buarque de Holanda; "Modinha" de Sérgio Bitencourt e "Noites Cariocas" de Jacó do Bondolim. No total serão 21 composições do extenso repertório que o grupo está acostumado a tocar.

O grupo "Nosso Choro" é formado por três

violões (Paulo, Beto e Gastão — este último, eletricitário, que atua na Eletrosul, no DPL); um pandeiro (Cláudio); um cavaquinho (Chico) e um bandolim (Wagner). Para o show foram convidados também a cantora Sonia, o flautista Pablo e o violão tenor "Seu" Carlinhos. O espetáculo pretende oferecer algumas horas de convívio com a música-tradicional brasileira, resgatando um espaço para sua execução.

O show acontece dia 11 de dezembro, quarta-feira, a partir das 21 horas, no Teatro Alvaro de Carvalho. Preço do ingresso: Cr\$ 4 mil, a disposição na portaria do teatro.



Chorinho e samba numa viagem pela MPB